

| | Nº processo | Distrator [resposta plausível, mas incorreta] |
|----|--|---|
| 1 | ADPF 556 / RN - RIO GRANDE DO NORTE | arguição de descumprimento de preceito fundamental quando se cuidar de ofensa reflexa a preceitos fundamentais |
| 2 | ADI 3336 / RJ - RIO DE JANEIRO | violação da lei geral federal |
| 3 | HC 548892 / SP | aumentar a pena-base em 4 anos e 6 meses ante a presença de 3 circunstâncias judiciais |
| 4 | AgInt no REsp 1839337 / RJ | em que pese não haver norma que preveja expressamente a tarifa proporcional, a equidade e a natureza mensurável do serviço justificam a cobrança equivalente a 50% da quantia devida a título de abastecimento de água, que se mostra a mais adequada ao caso em apreço, não só porque, como já asseverado, impede o enriquecimento sem causa da concessionária, decorrente da cobrança de serviço de tratamento não prestado, como também porque não torna gratuito o uso de serviço de coleta e transporte do esgoto, o que também implicaria em violação ao equilíbrio e ao caráter contraprestacional da relação contratual |
| 5 | AgInt no REsp 1824784 / RJ | pode cobrar taxa de esgoto, porque coleta a partir da rua, mesmo lançado sem tratamento em águas pluviais |
| 6 | AgInt no AREsp 1029307 / RJ | a prudência e a diligência esperadas do promovente da sensível ação de improbidade também são dirigidas ao Juiz, que, na formação de um juízo preliminar de plausibilidade de sucesso da iniciativa processual, não deve se deixar impressionar pela veemência da argumentação autoral, por mais elevados que sejam os seus propósitos |
| 7 | AgInt no AREsp 1463274 / RJ | a recorrente reitere a tese de que o logradouro do imóvel da recorrida é atendido pelo sistema de esgotamento sanitário e de que detém o monopólio desse serviço na Cidade do Rio de Janeiro (fl. 443), bem assim de ser obrigação da sociedade empresária realizar a ligação interna do imóvel com a rede coletora da CEDAE, consoante exigência do Decreto Estadual n. 553/1976 |
| 8 | AgInt no REsp 1832255 / RJ | legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue |
| 9 | REsp 1778522 / SP | há ilegalidade no pagamento a maior de taxa condominial por apartamentos em cobertura decorrente da fração ideal do imóvel |
| 10 | AgInt na SLS 2487 / SC | imissão da posse por sentença |

| | Nº processo | Distrator [resposta plausível, mas incorreta] |
|----|-------------------------------------|---|
| 1 | ADPF 556 / RN - RIO GRANDE DO NORTE | arguição de descumprimento de preceito fundamental quando se cuidar de ofensa reflexa a preceitos fundamentais |
| 2 | ADI 3336 / RJ - RIO DE JANEIRO | violação da lei geral federal |
| 3 | HC 548892 / SP | aumentar a pena-base em 4 anos e 6 meses ante a presença de 3 circunstâncias judiciais |
| 4 | AgInt no REsp 1839337 / RJ | em que pese não haver norma que preveja expressamente a tarifa proporcional, a equidade e a natureza mensurável do serviço justificam a cobrança equivalente a 50% da quantia devida a título de abastecimento de água, que se mostra a mais adequada ao caso em apreço, não só porque, como já asseverado, impede o enriquecimento sem causa da concessionária, decorrente da cobrança de serviço de tratamento não prestado, como também porque não torna gratuito o uso de serviço de coleta e transporte do esgoto, o que também implicaria em violação ao equilíbrio e ao caráter contraprestacional da relação contratual |
| 5 | AgInt no REsp 1824784 / RJ | pode cobrar taxa de esgoto, porque coleta a partir da rua, mesmo lançado sem tratamento em águas pluviais |
| 6 | AgInt no AREsp 1029307 / RJ | a prudência e a diligência esperadas do promovente da sensível ação de improbidade também são dirigidas ao Juiz, que, na formação de um juízo preliminar de plausibilidade de sucesso da iniciativa processual, não deve se deixar impressionar pela veemência da argumentação autoral, por mais elevados que sejam os seus propósitos |
| 7 | AgInt no AREsp 1463274 / RJ | a recorrente reitere a tese de que o logradouro do imóvel da recorrida é atendido pelo sistema de esgotamento sanitário e de que detém o monopólio desse serviço na Cidade do Rio de Janeiro (fl. 443), bem assim de ser obrigação da sociedade empresária realizar a ligação interna do imóvel com a rede coletora da CEDAE, consoante exigência do Decreto Estadual n. 553/1976 |
| 8 | AgInt no REsp 1832255 / RJ | legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue |
| 9 | REsp 1778522 / SP | há ilegalidade no pagamento a maior de taxa condominial por apartamentos em cobertura decorrente da fração ideal do imóvel |
| 10 | AgInt na SLS 2487 / SC | imissão da posse por sentença |

Fonte: elaborado pela autora com base em Lexml (2021), Di Pietro e Martins Júnior (2014, ps. 287-325) e Brasil (STF, STJ, 2020).